



UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE O PÚBLICO LGBT COM A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ EM LOCAIS HOMOAFETIVOS NA CAPITAL CEARENSE

David Sousa Garcês (1); Fábيا Costa (2); Diêgo Matos Araújo (3); Neila Fernanda Pereira de Souza Diniz (4).

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

, balgarces@yahoo.com.br

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo fazer uma análise no tocante ao cotidiano, as identidades e subjetividades do público LGBT em ambientes homoafetivos na cidade de Fortaleza-CE, pois, a mesma, vem a contribuir com o fortalecimento de hábitos e a construção de identidade pessoal e coletiva desse grupo, objetivando o desenvolvimento de investigações do contexto social o qual estão inseridos, partindo dos processos subjetivos e sociais que possibilitam o reconhecimento dessas identidades no tocante a aspectos de diversidade, singularidade e afirmações histórico-culturais. Para se desenvolver esse estudo iremos nos utilizar de uma pesquisa bibliográfica em relação à temática, objeto de estudo, isto é, o tratamento metodológico da pesquisa consiste em ser de tipologia qualitativa e de caráter exploratório. A pesquisa encontra-se em andamento, mas é possível perceber a partir de alguns estudos nos centros acadêmicos e na mídia que é urgente a realização de pesquisas voltadas para a temática no intuito de proporcionarmos o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o mesmo e despertar nos gestores públicos do município estudado o interesse em elaborar políticas públicas voltadas para esse público, assim como observar se essa relação entre público LGBT e polícia militar influencia na construção do sujeito homoafetivo.

Palavras-Chave: Busca de Direitos, Homoafetivos, Interação Social, Polícia Comunitária, Público LGBT.

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo a que se propõe este trabalho tem por objetivo analisar a interação social do público LGBT com os policiais militares do programa Ronda do Quarteirão, proposta de polícia comunitária do estado do Ceará, averiguando possíveis especificidades na dinâmica de operação/trabalho dos seus agentes de segurança e a contribuição de suas práticas relacionadas, sobretudo, ao combate à violência (homofobia), em seu cotidiano de

trabalho ostensivo. Onde essa análise será realizada dentro do conturbado contexto social ao qual esses dois grupos (policiais militares e público LGBT) pertencem que é a capital cearense.

As temáticas da discriminação e preconceito vividos pela comunidade LGBT se tornaram relevantes para mim desde a época escolar quando cheguei a vivenciá-las ora como ator ora como espectador. Inquietava-me ver o tratamento diferenciado dado às pessoas que por não se enquadrarem



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

no perfil socialmente aceito como “normal” sofriam dentro e fora daquele ambiente, uma vez que sempre percebi as diferenças como importantes na construção de um pensamento crítico e de uma sociedade alicerçada verdadeiramente na democracia e na liberdade sexual, de pensamento e expressão. Tais fatos e por acreditar que a busca incessante pelo conhecimento torna o homem um ser mais consciente de suas ações, tornaram-se os principais norteadores que me motivaram a adentrar na vida acadêmica e me identificar com tal objeto de estudo.

Além disso, desde o ano de 2010, trabalho como policial militar do estado do Ceará no Ronda do Quarteirão, programa de policiamento comunitário implantando pelo Ex-Governador do estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes, no qual exerço a função de patrulhamento ostensivo e preventivo, atividades que têm por objetivo evitar e prevenir a ocorrência de crimes, e, ao mesmo tempo, aproximar a polícia da comunidade em que atua através de um contato mais próximo entre elas.

Durante esses anos de trabalho como policial, dentro do conturbado contexto social da cidade de Fortaleza, pude presenciar inúmeros aspectos do cotidiano (brigas, assédio moral, drogas, estupro, dentro outros) de famílias que residem em distintas comunidades da capital cearense,

principalmente as mais carentes, e de pessoas pertencentes ao público LGBT que se encontram diariamente em situações de vulnerabilidade, sobretudo, no que tange ao preconceito, discriminação, violência e constantes violações de seus direitos fundamentais. Essas violações acabam ocorrendo devido à população em questão não compreender muito bem o processo de formação das identidades dos autores sociais que pertencem ao contexto social em questão, principalmente do público LGBT.

A escolha desta temática, portanto, deu-se a partir de vivências, pessoais e profissionais, com pessoas deste público específico, por seus depoimentos acerca de discriminação e preconceitos sofridos e impunes e por notar pouco interesse por parte do poder público em punir e em elaborar projetos que envolvam segurança pública e a comunidade LGBT.

No cenário brasileiro, o público LGBT começa a ganhar mais visibilidade a partir do reconhecimento de alguns direitos anteriormente buscados por esse grupo, que, desde meados dos anos 1980 traça uma trajetória de lutas pela garantia dos direitos humanos de homossexuais.

Atuando em áreas como a saúde, a educação e a justiça, os homossexuais brasileiros organizados têm enfrentado a histórica situação de discriminação

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

e marginalização em que foram colocados no seio da sociedade brasileira (...) em ambos os contextos, têm visto surgir uma eficiente parceria entre grupos GLBT e órgãos de saúde e de segurança pública municipais, estaduais e federais” (BRASIL SEM HOMOFOBIA, 2004, p.15).

Apesar dos avanços conquistados é importante percebermos que ainda há grandes dificuldades a serem enfrentadas no que tange à aceitação e respeito às diferenças como inerentes e constituintes do próprio convívio social, para que assim possamos garantir e efetivar oportunidades e a participação de todos os setores da sociedade nesse processo.

Para alguns estudiosos da temática, o preconceito se relaciona com a crença preconcebida acerca de atributos e qualidades de indivíduos a partir de características específicas. Já a discriminação estaria mais ligada ao respeito, comportamentos e tratamento diferencial de pessoas (GUIMARÃES, 2004).

Atualmente temos assistido ao crescente interesse em favor de ações mais efetivas no que diz respeito à violência sofrida por parte das lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Aos poucos, a sociedade vem reconhecendo a homofobia como um problema grave que necessita ser

combatido tornando necessária a construção de um senso crítico e o desenvolvimento de práticas pautadas no respeito às diversidades e na garantia dos direitos desse grupo. Mesmo com grandes dificuldades ainda enfrentadas por este público, o debate vem ganhando espaço. Apesar da Constituição Federal de 1988, não relatar a respeito da orientação sexual entre as formas de discriminação em seu texto, alguns Estados e Municípios do país vêm contemplando em suas constituições e legislações:

Atualmente, a proibição de discriminação por orientação sexual consta de três Constituições Estaduais (Mato Grosso, Sergipe e Pará), há legislação específica nesse sentido em mais cinco estados (RJ, SC, MG, SP, RS) e no Distrito Federal e mais de oitenta municípios brasileiros têm algum tipo de lei que contempla a proteção dos direitos humanos de homossexuais e o combate à discriminação por orientação sexual. (BRASIL SEM HOMOFOBIA, 2004, p.16).

Percebe-se, assim, que o público LGBT encontra-se constantemente sujeito a contextos de vulnerabilidades sociais passando por situações de constrangimento, discriminação e preconceitos sendo, inúmeras

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



vezes, vítimas de violência física¹ tanto por parte de segmentos da sociedade, como também de agentes públicos como policiais militares, por exemplo, que muitas vezes por não usufruírem de um preparo teórico/metodológico agem em determinadas situações de maneira enérgica comprometendo a garantia dos direitos fundamentais destes sujeitos.

Desse modo, o referido trabalho busca analisar o cotidiano, as identidades e subjetividades do público LGBT em ambientes homoafetivos na cidade de Fortaleza-CE, pois, a mesma, vem a contribuir com o fortalecimento de hábitos e a construção de identidade pessoal e coletiva desse grupo (LGBT), objetivando o desenvolvimento de investigações do contexto social o qual estão inseridos partindo dos processos subjetivos e sociais que possibilitam o reconhecimento dessas identidades no tocante a aspectos de diversidade, singularidade e afirmações histórico-culturais.

Por conta disso, este estudo propõe uma problematização para a compreensão da

¹ Segundo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, ocorreu em 2011 no país uma média de 3,4 denúncias diárias de violência praticada contra homossexuais. Das denúncias recebidas anonimamente, de um total de 1.259, através do telefone 100 do Disque Direitos Humanos, há relatos de queixa sobre violência física, sexual, psicológica e institucional, além de episódios envolvendo relatos a respeito de discriminação sobre a orientação sexual do indivíduo (AGÊNCIA BRASIL, 2012).

visão do grupo LGBT sobre a polícia comunitária do Estado do Ceará em ambientes homoafetivos (3 bares do bairro Benfica; centro Dragão do Mar de Arte e Cultura; e barraca de praia Kabumba localizada na praia do Futuro) e observar como vem sendo a atuação dessa política de segurança pública pautada nos moldes de uma “polícia comunitária” através do programa Ronda do Quarteirão junto a este segmento específico, no caso, o público LGBT.

A presente pesquisa se propõe a realizar uma análise a essa questão, onde devemos estudar a trajetória dos movimentos LGBT's, assim como analisar os aportes legais que tratam sobre o público, além de compreender como se dão as relações entre o público LGBT e os policiais militares do Programa Ronda do Quarteirão em ambientes homoafetivos no município de Fortaleza, assim como observar se essa relação entre público LGBT e polícia militar influencia na construção do sujeito homoafetivo.

METODOLOGIA

A metodologia aqui proposta pretende definir os percursos e procedimentos que acreditamos ser necessários realizar afim de nos aproximarmos da realidade do objeto de pesquisa. Buscando assim, estabelecer o caminho e instrumentais próprios para sua abordagem, Minayo (1994). Neste estudo priorizaremos as abordagens de caráter



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

qualitativo, pois esta permite abranger a complexidade do objeto, que não poderia ser contida num dado estatístico. Neste sentido, desejamos trabalhar aspectos históricos, culturais, políticos e ideológicos que o perpassam.

A pesquisa qualitativa busca conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que exige uma grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse de vivenciar a pesquisa. Em outras palavras, a pesquisa qualitativa apresenta-se como uma forma de abordar a realidade que possibilita adentrar-se no mundo de significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências sociais (MARTINELLI, 1999, p.25).

Num primeiro momento, realizaremos um estudo exploratório acerca da bibliografia que vai subsidiar as falas e discussões teóricas que informam a temática, suas perspectivas de análise, notícias e matérias publicadas em veículos de comunicação de massa.

Pretendemos dividir este novo processo de investigação em duas etapas. Primeiramente, procuraremos adentrar no universo do público LGBT aprofundando a pesquisa bibliográfica – com o intuito de aprofundar as discussões teóricas acerca da temática – e documental, que incluirá a análise de documentos oficiais da Secretaria

de Direitos Humanos de Fortaleza (SDH) e da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) nos quais constem informações relacionadas às questões envolvendo vulnerabilidades as quais estão submetidas estes sujeitos e as políticas públicas voltadas para este público específico através de um apanhado histórico e uma reflexão sobre as mudanças ocorridas nos últimos anos.

Num segundo momento, nos utilizaremos da pesquisa de campo, locus privilegiado onde tudo deve ser observado, anotado, vivido, mesmo que não diga respeito diretamente ao assunto que pretendemos estudar, Laplantine, (1996). Nosso intuito é observar e apreender a dinâmica institucional, das atividades e dos sujeitos lá envolvidos, utilizando como instrumento auxiliar o diário de campo. Laplantine (1996) afirma que só se pode estudar homens comunicando-se com eles, compartilhando sua existência. Neste sentido, a observação participante nos permitirá a coleta de dados a partir da convivência cotidiana na organização estudada (Becker, 1999).

Com isso, partiremos para a pesquisa de campo de natureza qualitativa, através da qual privilegiaremos o ponto de vista do ator social, no caso, os sujeitos pertencentes ao grupo LGBT. Para tal, realizaremos com estes entrevistas semi-estruturadas levando em



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

conta também as conversas e aspectos informais que poderão surgir ao longo desta fase exploratória. Pretendemos adquirir uma aproximação com este público por intermédio de entidades com práticas voltadas para a defesa dos direitos deste grupo, como o Centro de Referência Janaina Dutra e o Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), peças-chave no contato com meus interlocutores e na coleta de dados necessários ao aprofundamento e compreensão de aspectos ligados às vivências deste grupo.

É importante ressaltar que minha própria experiência de trabalho enquanto policial militar do Ronda do Quarteirão me auxiliará na reflexão e compreensão da relação entre os agentes de segurança do estado e o público LGBT e suas respectivas percepções, assumindo, ao mesmo tempo, o desafio metodológico de “distanciamento” e “estranhamento” enquanto policial e pesquisador durante o processo de pesquisa.

RESULTADOS E DICUSSÃO

Remeter às questões ligadas ao preconceito e à discriminação sugere apontarmos as diferentes discussões a respeito destes termos e suas definições. Junqueira (2009) os define como:

[...] as percepções mentais negativas em face de

indivíduos e de grupos socialmente inferiorizados, bem como as representações sociais conectadas a tais percepções. Já o termo discriminação designa a materialidade, no plano concreto das relações sociais, de atitudes arbitrarias, comissivas ou omissivas, relacionadas ao preconceito, que produzem violação de direitos dos indivíduos e dos grupos. (DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO, 2009, p.54).

De forma semelhante e a partir de uma perspectiva sociológica, Lacerda, Pereira e Camino (2002) trata o termo preconceito como uma:

[...] relação intergrupala onde, no quadro específico das relações de poder entre grupos, desenvolve-se e expressam-se atitudes negativas e depreciativas além de comportamentos hostis e discriminatórios em relação aos membros de um grupo por pertencerem a esse grupo (CAMINO E PEREIRA, no prelo). Entre os processos cognitivos que se desenvolvem neste tipo de relações sociais, destacam-se a categorização e a construção de estereótipos (Dorai e Deschamps, 1990; Schadron, Morchain e Yzerbyt, 1996; Yzerbyt, Rocher e Schadron, 1997), (LACERDA, PEREIRA e CAMINO, 2002).



Analisando-se o problema da discriminação voltada a esse público (LGBT), a partir de suas investigações que por vezes, quando levados a juízo, são perpassados por uma ótica que evidencia pré-julgamentos das partes envolvidas em relação às manifestações e apurações das ocorrências, estendendo-se pelo restante do processo. Segundo Santos (2000), é interessante relatar que:

[...] a discriminação [...] se manifesta de formas diversificadas, suscitando comentários de caráter estigmatizante, levando o condenado e a vítima a serem vistas como alguém muito além da sua condição de condenado e vitimado (SANTOS, 2000, p.90).

Nesta pesquisa os sujeitos serão analisados em suas especificidades e inseridos numa estrutura socioeconômica vigente para não lançar olhar punitivo ou discriminatório buscando afirmá-los como cidadãos, pois, segundo Kowarick (1993), isso irá ampliar a garantia de seus direitos e deveres e a criação da participação desse grupo em obras sociais.

Neste contexto, observamos que o trabalho da polícia como agente do Estado é legitimado como uma instância importante na resolução de conflitos na medida em que está vinculado ao exercício de poder que emana de uma autoridade, ou seja, de um governante na gestão de uma população circunscrita a um

território específico (FOUCAULT, 2010). Como afirma Almeida (2004),

A polícia garante competência e se destaca ao utilizar a força física autorizada para atingir pessoas “desviantes” do comportamento social consentido. Essa força é de uso interno, delimitada só para pessoas autorizadas para manter a ordem dentro da sociedade, o que legalmente não compete ao exército e aos grupamentos militares. (ALMEIDA, 2004, p. 117).

No universo das interações com o público LGBT verifiquei certa resistência deste à presença de policiais, muito ligada tanto à questão do sigilo, quanto do questionamento a respeito da efetividade em situações de mediação e resolução de conflitos locais. Na sociedade moderna observamos uma nova governamentalidade que centra elementos tais como: sociedade, território e segurança, onde os governos são responsáveis pelas relações entre os homens, costumes, hábitos, formas de agir e pensar, e na gestão de suas vidas (FERREIRA, 2011).

A partir desta constatação, busco neste estudo analisar de que maneira a proposta de uma polícia comunitária implantada no Ceará através do Programa Ronda do Quarteirão influencia ou gerencia as relações sociais entre policiais militares e o público LGBT,



dentro do contexto social da cidade de Fortaleza.

O projeto original do Ronda buscava junto aos princípios de uma *polícia comunitária*, a “Polícia da boa vizinhança”², resgatar a credibilidade da instituição policial junto à população cearense a partir do reforço dos vínculos entre a polícia e a comunidade.

É importante ressaltar as discussões a respeito do termo “policimento comunitário”, que muitas vezes é utilizado por governantes como uma maneira de surtir um efeito positivo tendo em vista que o termo “comunidade” ou “comunitário” parece não possuir uma conotação negativa e, dessa forma, nenhuma pessoa iria de encontro a um policiamento tido como “comunitário”. Por essas razões muitos autores discutem a respeito da diferenciação desse tipo de policiamento em relação a outros modelos tradicionais. Conforme Bayley e Skolnick (2002), suas principais características seriam: a reorientação das atividades de patrulhamento, dando ênfase em serviços não-emergenciais devendo os policiais comunitários estarem liberados do sistema de atendimento de emergências para que possam se dedicar às atividades de prevenção do crime (p. 24); aumento da responsabilização da polícia, com o fomento da participação do público através da criação de canais

recíprocos de comunicação (p. 32) e, por fim, a descentralização do comando com o intuito de “ganhar” a flexibilidade necessária para dar formas às estratégias policiais em certas áreas (p. 33), mesmo não detalhando melhor o que seria essa flexibilidade.

Trojanowicz (1994) também enfatiza a importância dessa definição, muito utilizada em manuais de polícias do Brasil:

É uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área (TROJANOWICZ, 1994, p.04 apud SENASP, 2010, p. 457).

É importante ressaltar ainda que os termos “Policimento comunitário” e “Polícia Comunitária” se diferenciam. O termo “Polícia Comunitária” sugere uma “filosofia de trabalho”, enquanto o termo “Policimento Comunitário” elucida uma “ação de policiar junto a uma comunidade”.

CONCLUSÃO

² Slogan do Projeto Ronda do Quarteirão.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

A presente pesquisa pretende analisar a interação social entre o público LGBT e os policiais militares do programa Ronda do Quarteirão que é uma proposta de polícia comunitária do estado do Ceará, onde, no decorrer do desenvolvimento da mesma, teremos a oportunidade de averiguar como se dá a interação social entre o público LGBT e os policiais militares em ambientes homoafetivos no intuito de despertar nos gestores públicos daquele município o interesse em elaborar políticas públicas voltadas para esse público, assim como observar se essa relação entre público LGBT e polícia militar influencia na construção do sujeito homoafetivo.

REFERÊNCIAS

ABREU, D; ALMEIDA, R. O. As entidades dos direitos humanos e a política de segurança pública: entre a crítica e a parceria. In: BARREIRA, C. (org). **Questão de segurança:** políticas governamentais e práticas policiais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. Cap. 3, p. 91-111.

BAYLEY, D. H; SKOLNICK, J. H. **Policamento Comunitário:** questões e práticas através do mundo. São Paulo: Edusp, 2002.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais.** 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 8ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia:** Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

Diversidade Sexual na Educação: **problematizações sobre a homofobia nas escolas** / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

FERREIRA, Daniel Rogers de Souza. **Prazer com segurança?** – As relações entre michês e polícia num ponto de prostituição do centro de Fortaleza. Dissertação de Mestrado. Centro de Estudos Sociais Aplicados / Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, v. IV (Estratégia, Poder-Saber), 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIRALDI, Renata. **Agência Brasil.** Brasil registra, em média, 3,4 denúncias de homofobia por dia. Disponível em <<http://www.spressosp.com.br/2012/05/brasil-registra-em-media-34-denuncias-de-homofobia-por-dia/>> Acesso em 26 de maio 2012.

Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza. Disponível em <http://www.fortaleza.ce.gov.br/sdh/index.php?option=com_content&task=view&id=25> Acesso em 23 de maio 2012.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito de cor e racismo no Brasil.** Revista de Antropologia. São Paulo, v. 47, n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_a

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

rttext&pid=S00347012004000100001&ln=en
&nrm=iso>. Acesso em 17 nov. 2006.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**.
Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LACERDA, M. T.; PEREIRA, C.; CAMINO,
L. (2002). **Um estudo sobre as formas de
preconceito contra homossexuais na
perspectiva das representações sociais**.
Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 15, n. 1,
2002.

LAPLANTINE, François. **Aprender
Antropologia**. São Paulo, Editora Brasiliense,
1996.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa
Qualitativa: um instigante desafio**. São
Paulo: Veras Editora, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O
Desafio do Conhecimento: pesquisa
qualitativa em Saúde**. São Paulo – Rio de
Janeiro: HUCITEC – ABRASCO, 1994.

PERETZ, Henry. “A observação directa:
definição e objetivos”. In: **Métodos em
sociologia**. Tradução Joaquim Cândido
Machado da Silva Lisboa: Temas e Debates –
Actividade Editoriais, LDA, 2000. p. 73-111.

SANTOS, Maria Lourdes dos. **Os Sete
pecados capitais do discurso jurídico: A
construção do “sujeito criminoso” nos
crimes contra homoeróticos**. Fortaleza:
2000, 145 p. Dissertação (Mestrado em
Sociologia). Universidade Federal do Ceará.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX,
Bonnie. **Policimento comunitário: como
começar**. Rio de Janeiro: POLICIALERJ,
1994. In:_____. SENASP – **Curso
nacional de multiplicador de polícia
comunitária**. 4ª Ed. Brasília, 2010.

Notícias de jornais:

CHEGAM viaturas para o Ronda do
Quarteirão. **Diário do Nordeste Online**.
Fortaleza, 8 de ago. 2007. Disponível
em:[http://diariodonordeste.globo.com/materia
.asp?codigo=459389](http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=459389). Acesso em: 15 jun.
2012.

ESPECIALISTAS alertam para a formação
policial. **Diário do Nordeste Online**.
Fortaleza, 8 nov. 2007. Disponível
em:www.diariodonordeste.com.br. Acesso
em: 29 mai. 2009.

RONDA do Quarteirão entra em operação
hoje. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza,
21 nov. 2007. Disponível
em:[http://diariodonordeste.globo.com/materia
.asp?codigo=489129](http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=489129). Acesso em: 10 out.
2009.

RONDA é aprovado por 72% dos
fortalezenses. **O Povo Online**. Disponível
em:[http://www.opovo.com.br/www/opovo/for
taleza/818827.html](http://www.opovo.com.br/www/opovo/fortaleza/818827.html). Acesso em 21/11/2010.